

ATA 003/2015

REUNIÃO DO COLEGIADO DE SECRETÁRIOS DE FAZENDA  
COFAZ-AMPLANORTE

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, reuniram-se na Prefeitura Municipal de Canoinhas, às nove horas, os Secretários de Fazenda/Finanças e Administração, bem como os técnicos destas secretarias dos municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, como também equipe o Prefeito Municipal de Itaiópolis e a equipe da AMPLANORTE, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Argos, Secretário de Fazenda de Canoinhas, acolheu a todos e solicitou que se apresentassem. Em seguida, discorreu sobre o cenário econômico que todos os municípios vêm enfrentando com crescimento da inflação e redução, não aparente, mas efetiva, do FPM. A tendência, segundo o secretário é de piora do quadro geral nos próximos meses, e com isso, a importância do papel do secretário de finanças e administração neste momento de crise, com repasse de orientações aos prefeitos, refreamento dos gastos públicos e busca de receita. O Sr. Daniel, secretário executivo da Amplanorte, pergunta sobre o recolhimento do ISS de Bancos. O Sr. Ricardo, secretário de finanças de Porto União, diz que sua equipe fez recentemente, auditoria nas agências bancárias de Porto União e coloca sua equipe a disposição para relatar a experiência. Dando sequência a pauta, o Sr. Ricardo faz o repasse da reunião do CONFAZ. No primeiro item a discussão transcorreu sobre a aprovação de minuta de lei municipal que deve regular a atividade das feiras itinerantes, o Sr. Ricardo repassou ao Sr. Daniel cópia da minuta que deverá ser encaminhada aos municípios. O Sr. Fábio, secretário de administração do município de Papanduva, relata já estarem utilizado essa legislação. No segundo ponto, o Sr. Ricardo repassou as questões levantadas sobre o ITR – Valor da terra nua, Instrução Normativa nº 1562 da Receita Federal do Brasil; diz que a declaração do ITR não pode ser feita nos órgãos públicos e que é obrigação do município avaliar valores do ITR. Na sequência, foi abordado a Unificação de alíquotas do ICMS (PRS nº 01/2013), no CONFAZ estão organizando estudo para fazer distribuição do imposto aos municípios por número de habitantes. O Sr. Daniel mostra repasse de ICMS da telefonia OI e explica a proposta do repasse dividido pelo número de habitantes. Segundo o Sr. Ricardo o CONFAZ propôs, que os Secretários de Fazenda, façam uma articulação junto aos deputados, para rever esta questão, pois, da forma como está sendo feito, os municípios menores estão sendo prejudicados com o repasse que não é equânime. O Sr. Daniel apresenta comparativo entre os repasses de empresas que estão no regime simples com

empresas que não estão enquadrados no simples e a produção de riquezas agregadas entre esses segmentos, diz que isto está impactando na receita dos municípios da região. O Sr. Ricardo diz que os prefeitos podem ter suas contas reprovadas devido a déficit de fontes. O Sr. Argos aponta que o valor gasto com a educação básica, principalmente no que tange a folha de pagamentos, está interferindo na saúde financeira dos municípios, por conta dos muitos cargos que foram criados, bem como, a projeção dos planos de cargos e salários, sendo que os valores alocados no FUNDEB, não estão dando conta de atender esta demanda, onerando os cofres públicos. Outra pauta discutida no CONFAZ foi o debate sobre o Regime Próprio de Previdência e seu cálculo atuarial, o Sr. Ricardo orienta que a previsão é de déficit ao longo do tempo, por isso o cuidado de fazer revisão dos cálculos anualmente. O Sr. Argos sugere a contratação de equipe para fazer estes cálculos. O Sr. Ricardo relata que a Caixa Econômica Federal, faz gratuitamente, mas é de forma automática. A sugestão é que, quem faz com um banco, contrate os serviços de um terceiro. Observa que o fundo de previdência municipal, terá problemas com plano de cargos e salários no setor de educação. Sugestão previdência terceirizada para a educação. O quinto ponto debatido, foi sobre a Contribuição de Iluminação Pública COSIP, pois, muitos municípios já estão com déficit. O Sr. Fabio relata a visita que foi feita a CELESC, uma vez que se percebeu que a autarquia cobra bandeira vermelha e os municípios recebem COSIP apenas do consumo. Alerta ainda, para a cobrança indevida pela CELESC da iluminação de lâmpada branca, e sugere a fiscalização desta questão pelos municípios. Como sugestão do grupo fica a mobilização dos prefeitos junto a CELESC. O Sr. Argos relata experiência de Canoinhas, que fez a revisão da legislação de cobrança de iluminação pública, passando Canoinhas a superávit. O grupo solicitou que a Amplanorte busque apoio técnico de engenheiro ou a empresa especializada para auxiliar no processo. Outra questão foi a Reforma Tributária. O Sr. Ricardo diz que o CONFAZ solicitará a FECAM informações e apoio técnico aos municípios sobre esta questão. O oitavo ponto versou sobre o aspecto espacial do ISS nos casos das atividades previstas nos itens 7.01, (engenharia, agronomia, arquitetura, etc), 7.20 (aerofotogrametria, cartografia, mapeamento, etc) e 32.01 (serviços de desenhos técnicos) . O Sr. Ricardo orientou aos municípios cuidado com a utilização indevida de espécie e modo de inscrição destes e dos demais serviços. Cuidar com o ITBI e fiscalização nas barreiras, citou a exemplo a fiscalização aonde de 20 caminhões apenas 09 tinham notas. Sugestionou também auditoria de empresas. O próximo item, trouxe para a pauta, o Projeto de Lei Complementar 108/2011, sobre a instituição e atualização da Planta Genérica de Valores dos Municípios e Projeto de Lei do Senado 277/2014, sobre a alteração da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com função de prever a revisão da base de cálculo

do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a atualização monetária dos valores que a compõem e constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. O Sr. Ricardo diz que em Porto União a arrecadação de IPTU foi na ordem de 5 milhões por conta do trabalho de recadastramento imobiliário e elaboração da Planta Genérica de Valores dos Municípios. Terminado o relato da reunião do CONFAZ o Sr. Ricardo menciona o controle nos gastos e na fiscalização das diárias dos servidores. O Sr. Argos explica que o sistema de rastreamento de veículos de Canoinhas ajudou no processo de fiscalização. O Sr. Daniel mostra no site [municipio.org.br](http://municipio.org.br), informações de arrecadação de impostos dos municípios e um comparativo entre eles com ranking de arrecadação. O Sr. Argos orienta a todos para a contratação de contadores de carreira, a fim de compreenderem a utilização dos recursos dos fundos, a exemplo do recurso do FIA no qual o Ministério Público está exigindo a atuação de um contador. O grupo solicita que a AMPLANORTE busque treinamento junto a EGEM, sobre fiscalização de agências bancárias e cartórios, tendo como público alvo, funcionários dos municípios, dos bancos e dos cartórios. O Sr. Argos comenta a questão do pagamento de precatórios, previstas nas ADIS do STF 4.357 e 4.425 de 2015, regulando que a partir 2016, devem ser liquidados 20% dos precatórios do estoque e o total que entrará em 2016, orienta que a LDO deve ser encaminhada com previsão desta despesa. O Sr. Enalto, secretário de Fazenda de Mafra, orienta que os municípios levantem na sua procuradoria jurídica, os valores depositados de ações judiciais para que possa ser feito os recolhimentos destes pelos municípios. O grupo decide, que a AMPLANORTE deve solicitar a FECAM via ofício, os valores que cada município tem em depósito de ações judiciais (Lei complementar 151). O Sr. Daniel lembra sobre a obrigatoriedade de elaboração dos planos de mobilidade urbana e resíduos sólidos, diz que não há obrigatoriedade no plano de cultura, mas também está sendo solicitado, pede o acompanhamento dos secretários e previsão no orçamento de 2016. O Sr. Daniel traz a questão do termo de cooperação técnica com os municípios e o MP, aonde está previsto que as pessoas que tem dívida ativa com os municípios terão seus débitos protestados, em contrapartida, os municípios devem ter fiscal e auditor fiscal de carreira, os municípios que não estão adequados devem se adequar. O grupo solicitou a AMPLANORTE, que organizasse um grupo de contato via whatsapp. O Sr. Daniel mostra índice do ICMS dos municípios previsto para 2016, fala sobre a regularização dos cemitérios municipais, comenta as capacitações sobre a Lei 13.019 que versa sobre as relações de repasses de recurso às OSCIP. O Sr. Daniel, ainda solicita aos municípios informações sobre a queda e ou manutenção das principais receitas e os impactos sobre folha, obras e fornecedores, que por sugestão dos prefeitos, deverão ser colhidas e produzida matéria a ser divulgada regionalmente, os participantes solicitaram encaminhamento de ofício para

resposta formal. A próxima reunião foi agendada para o dia 16 outubro, em Papanduva, às 9:00 horas. Como sugestão de pauta abordagem das principais dúvidas sobre a aplicação de recursos. Nada mais havendo a tratar eu Valéria Grossl Mendes da Silva, secretária a doc lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes na reunião.



Franque de

# LISTA DE PRESENÇA

Reunião do Colegiado de Secretários de Fazenda

COFAR

Dia 28.08.2015 - 09:00

Local: Prefeitura de Canoinhas - SC

NOME	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
<del>Elaine B. Scuricowski</del>	<del>FARANDUVA</del>	<del>99004557 413653-2166</del>	<del>contabilidade@panduvac.sc.gov.br</del>	<del>Elaine</del>
<del>Jose Donohovski</del>	<del>M. CASTELO</del>	<del>(47) 91998-4143</del>	<del>mechismee@Hotmail.com</del>	<del>(47) 9781</del>
<del>Maria Ant. Rodrigues</del>	<del>M. CASTELO</del>	<del>41 99774919</del>	<del>TRIBUTOS@MONTCASTELO.SC.GOV.BR</del>	<del>Maria Ant.</del>
<del>Keaira Botelho Calude</del>	<del>M. Castelo</del>	<del>41 9901-7104</del>	<del>caudiae@montcastelo.sc.gov.br</del>	<del>Keaira</del>
<del>Facelia Mielogter</del>	<del>M. Castelo</del>	<del>41 9294-6162</del>	<del>emaltegardnige@gmail.com</del>	<del>Facelia</del>
<del>Ernilto Gollinger</del>	<del>M. CASTELO</del>	<del>41 9889-5657</del>	<del>AERAO@mc.sc.gov.br</del>	<del>Ernilto</del>
<del>Arcos Dor. Aulerian</del>	<del>Canoinhas</del>	<del>47-3621-7711</del>	<del>ampmontr@ampmontr.org.br</del>	<del>Arcos</del>
<del>Heio Daniel Costa</del>	<del>MARNA</del>	<del>47-3642-0665</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Heio</del>
<del>Maria Cesar Lorenço</del>	<del>Bela União Tebdo</del>	<del>41-3624-0559</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Maria Cesar</del>
<del>RAIRO TOAZO TABORDA</del>	<del>ITAIOPOLIS</del>	<del>47-92838448</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Rairo</del>
<del>Jose Henri de Vitis Ste</del>	<del>Itaipopolis</del>	<del>47 3652-2211</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Jose Henri</del>
<del>FABIO JOSÉ PANINA</del>	<del>FARANDUVA</del>	<del>41 3653-2166</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Fabio</del>
<del>Helena G. M. Salve</del>	<del>MARNA</del>	<del>41 364-2805</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Helena</del>
<del>Ricardo Dragow</del>	<del>P. UNIAO</del>	<del>42 95758473</del>	<del>adm@pmovl.sc.gov.br</del>	<del>Ricardo</del>